



Análise dos Resultados

Introdução

Com a divulgação dos resultados da primeira pesquisa Economia Informal Urbana, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - amplia as informações estatísticas disponíveis no País, permitindo conhecer, de forma mais aprofundada, a lógica de funcionamento das pequenas unidades produtivas que compõem o setor informal e dimensionar seu papel em termos da geração de postos de trabalho e rendimento. Este volume apresenta os resultados para o Brasil e Grandes Regiões, enquanto as informações para as Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas serão divulgadas em separado.

Os resultados da pesquisa mostram que no Brasil, em outubro de 1997, existiam 9 477 973 empresas informais, a maior parte na Região Sudeste, que ocupavam 12 870 421 pessoas entre as quais trabalhadores por conta própria, pequenos empregadores, empregados com e sem carteira de trabalho assinada e trabalhadores não remunerados.

Principais Características das Empresas do Setor Informal

As empresas do setor informal no Brasil pertenciam principalmente aos trabalhadores por conta própria (86% do total de empresas), enquanto que os pequenos empregadores respondiam por 14% do total. As atividades econômicas preponderantes neste setor eram o comércio (26%) e serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão (20%). Das empresas pesquisadas, 94% tinham um único proprietário e 80% possuíam apenas uma pessoa ocupada, ou seja, eram empreendimentos de trabalhadores por conta própria que trabalhavam sozinhos, sem sócios ou ajudantes não remunerados.

A atividade produtiva era desenvolvida fora do domicílio em 67% dos casos, resultado influenciado pelo peso do comércio. Apenas na indústria de transformação e extrativa mineral o domicílio apareceu como local de funcionamento preponderante para o desenvolvimento da atividade.

Cerca de 91% das empresas pesquisadas funcionavam todos os meses do ano, e a maioria (87%) não possuía constituição jurídica.

O valor da receita média mensal mostrou uma grande diferenciação existente entre as empresas que compõem o setor informal, seja por tipos de empresa, seja por grupos de atividade. As unidades produtivas que informaram o valor de sua receita mensal, na

média, faturaram R\$1.405,00 em outubro de 1997, as de conta própria tiveram um ganho de R\$931,00 e as de empregadores auferiram cerca de R\$4.262,00.

Avaliando o nível de despesas incorridas no desenvolvimento da atividade produtiva e sua distribuição verificou-se que ambos eram bastante distintos entre os setores de atividade. As empresas que informaram o valor da despesa, em média, tiveram um gasto de R\$1.072,00. A atividade que apresentou a média mais elevada foi o comércio (R\$1.872,00) onde o componente mais importante refere-se ao custo das mercadorias para revenda.

A maior parte das empresas do setor informal (93%) são lucrativas, sendo que as atividades que apresentaram lucro mais expressivo foram outros serviços com R\$1.579,00 e serviços técnicos e auxiliares com R\$1.388,00.

A grande maioria das unidades produtivas pesquisadas (73%) utilizavam equipamentos e/ou instalações próprios para desenvolver sua atividade, sendo o maior peso relativo a ferramentas ou utensílios de trabalho. Entre as empresas que utilizavam equipamentos, apenas 16% fizeram investimentos e/ou aquisições no ano anterior a pesquisa, sendo que para isto utilizaram recursos provenientes, principalmente, de lucros de exercícios anteriores (62% das que fizeram investimento). Em média, o valor destes investimentos foi de R\$3.767,00 e a atividade que apresentou o nível mais elevado foi o de serviços de transporte, principalmente em veículos.

A forma de contabilidade que indica como estes pequenos empreendimentos registravam suas transações diárias, mostrou que, grande parte das empresas não possuía nenhum tipo de registro (46%) ou então os proprietários desempenhavam esta função (39%), não utilizando serviços de um contador, prática comum a todas as atividades. Justamente por isto, a forma de determinação dos preços dos seus produtos ou serviços mais freqüente, foi a negociação com os próprios clientes, em quase todas as atividades. Apenas nos casos do comércio e dos serviços de alojamento e alimentação preponderou a fixação de preços levando em conta os preços praticados por outras empresas concorrentes.

Os indicadores de formalização indicam que, na média, 66% das empresas pesquisadas não possuíam licença municipal ou estadual. Essa proporção, no entanto, se torna menor nas empresas em que a licença é um fator importante para o desempenho da atividade como no caso de serviços de alojamento e alimentação, serviços de transporte, serviços técnicos e auxiliares e outros serviços. Nestes casos, cerca de 50% das empresas tinham alguma licença. A maioria das empresas (87%) não era filiada a sindicato ou órgão de classe e, também, não tinha constituição jurídica, padrão que se verificou em todas as atividades. As unidades produtivas que tinham constituição jurídica na maioria das vezes eram do tipo firma individual.

A clientela das empresas era em sua grande parte (86%) variada e as vendas feitas principalmente à vista e a prazo, com exceção das atividades de serviços de alojamento e alimentação, de transporte, de reparação, pessoais, domiciliares e de diversões, além de outros serviços cuja forma das vendas é feita basicamente à vista.

Em relação a utilização de crédito pelas empresas nos três meses anteriores a pesquisa, os resultados mostraram que a grande maioria (95%) não utilizou crédito, seja pela dificuldade de acesso, seja por seu alto custo. Entre aquelas que fizeram uso, as principais fontes dos recursos identificadas foram, em primeiro lugar, os bancos público ou privado (43%) e em segundo, empréstimos de amigos ou parentes (32%).

Na avaliação dos proprietários, a principal dificuldade enfrentada no ano para desenvolver o negócio, foi a falta de clientes, situação generalizada por todas as atividades. Entretanto, os proprietários de 37% das empresas do setor informal informaram que pretendiam aumentar o nível de atividade de seus empreendimentos, exceto no caso da indústria da construção civil e de serviços de transporte que tinham como planos para o futuro continuar no mesmo nível, embora 54% das empresas tenham apontado que nos 12 meses anteriores a pesquisa, a atividade produtiva tenha permanecido igual, sem grandes oscilações.

A grande maioria das empresas (97%) não recebeu qualquer tipo de assistência técnica, jurídica ou financeira nos últimos 5 anos e as demais receberam orientação, principalmente de órgãos não ligados ao governo.

Pessoas Ocupadas nas Empresas do Setor Informal

A distribuição das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, a nível nacional, mostra que 67% eram trabalhadores por conta própria, 12% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 7% trabalhadores com carteira assinada e 4% não-remunerados.

Na maior parte das categorias predominava o sexo masculino (64%), com exceção de não-remunerados onde era maior a proporção de mulheres (62%). A maior parcela dos trabalhadores estava ocupada nas atividades de comércio e de serviços de reparação, pessoais, domiciliares e de diversão, 27% e 18% respectivamente. Segundo o nível de instrução, a maioria (45%) tinha o primeiro grau incompleto, isto se verificou tanto em relação a posição na ocupação, quanto em relação ao sexo.

As pessoas ocupadas, excluindo os proprietários, estavam concentradas em dois grupos de idade: 34% entre 18 e 24 anos e 33% no grupo de 25 a 39 anos. Os homens, em sua maioria, estavam no primeiro grupo (37%), enquanto as mulheres estavam em maior parte no segundo (36%). Do total, 72% tinham vínculo de trabalho por tempo indeterminado e 59% não tinham nenhuma relação de parentesco com o proprietário da empresa.

Uma significativa parcela (85%) foi trabalhar no empreendimento devido a relações pessoais que tinham com o proprietário ou com os outros trabalhadores, estando há pouco tempo na empresa (43% estavam a menos de um ano trabalhando na empresa). Do total, 81% trabalharam de 21 a 30 dias no mês e a maioria (46%) tinha uma jornada de mais de 40 horas por semana.

O rendimento médio pago aos empregados nas empresas do setor informal foi de R\$240,00, sendo o dos homens (R\$253,00) superior ao das mulheres (R\$218,00), segundo todas as características selecionadas: nível de instrução, posição na ocupação e grupos de idade. Verificou-se que, em geral, o nível de rendimento cresce à medida que aumenta o nível de instrução destes trabalhadores. A única exceção diz respeito às pessoas com segundo grau incompleto cujo rendimento ficou abaixo do rendimento dos ocupados com primeiro grau completo. Avaliando a diferenciação dos rendimentos pagos segundo a posição na ocupação, verificou-se que os empregados com carteira de trabalho assinada ganhavam mais (R\$290,00). Os trabalhadores mais idosos, com 60 anos ou mais de idade, apresentaram o maior nível de rendimento (R\$318,00).

Os proprietários das empresas do setor informal eram em sua maioria do sexo masculino (66%), sendo que 88% não tinham sócios e grande parcela (28%) já era proprietário há mais de dez anos.

Cerca de 28% dos proprietários de sexo masculino apontaram o fato de não terem encontrado emprego como o principal motivo para terem iniciado o empreendimento. Já as mulheres indicaram a complementação da renda familiar como fator mais importante. Esse padrão se verificou em relação aos proprietários que são conta-própria, porém para os empregadores, tanto para os homens, quanto para as mulheres, o principal motivo que os levou a iniciar o negócio foi o desejo de se tornarem independentes.

Os resultados indicam que 33% dos proprietários das empresas do setor informal não precisaram de capital para começar o empreendimento, tanto para os homens quanto para as mulheres. A grande maioria (84%) iniciou o negócio sozinho.

A distribuição dos proprietários segundo os grupos de idade, mostrou que 42% tinham entre 25 e 39 anos e a participação do grupo de 40 a 59 anos foi a mesma. Entretanto, enquanto os homens estavam mais presentes na segunda (42%), as mulheres predominavam na faixa etária mais jovem (44%). O nível de instrução preponderante dos proprietários foi o primeiro grau incompleto, sendo que apenas 26% tinham nível superior ou segundo grau completo.

Do total de proprietários, 57% não eram naturais do município em que residiam, porém parcela significativa já morava há cinco anos ou mais neste município. A maior parte (43%) começou a trabalhar bem jovem, na faixa de 10 a 14 anos.

O rendimento médio dos proprietários do setor informal era de R\$565,00, sendo o dos empregadores maior que o dos conta-própria: R\$1.156,00 contra R\$457,00. Confirmou-se o diferencial de rendimentos entre homens e mulheres, característico do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, também entre os proprietários de negócios do setor informal os homens ganhavam mais do que as mulheres.

Para os proprietários de empresas do setor informal há menos de cinco anos, que representavam 47% do total, a maioria já havia trabalhado anteriormente. No entanto, o principal motivo para ter deixado este último trabalho é distinto, segundo o sexo. Entre os homens a principal causa apontada foi o fato de terem sido dispensados (30%) e as mulheres alegaram motivos pessoais ou familiares (38%).

A maioria dos proprietários possuía um único trabalho, aquele que desenvolvia no setor informal, visto que apenas 10% tinham mais de um trabalho. Do total de proprietários que possuíam mais de um trabalho, grande parcela era empregada no setor privado com carteira de trabalho assinada no outro trabalho.

Entre os proprietários do setor informal com mais de um trabalho, onde o outro trabalho não era como proprietário do setor informal, cerca de 38% consideraram o trabalho no setor informal como principal apontando o maior rendimento obtido como a base para esta escolha. Já os 62% que consideraram o trabalho no setor formal como principal, fizeram esta escolha, levando em conta a estabilidade de seus empregos.

De forma geral, num primeiro momento o que levou esses proprietários a trabalharem no setor informal foi a dificuldade de encontrar emprego, principalmente entre os homens. Porém, grande parte (62%) já estava nesse setor há mais de três anos e tinha como planos expandir a atividade. O que fez com que essas pessoas tivessem como meta continuar no setor foi o rendimento. Como empregados, com um grau de instrução tão baixo ganhariam no mercado de trabalho no máximo até 2 salários mínimos, segundo informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 1997. Já como trabalhadores por conta própria recebiam, em média, cerca de R\$400,00 e como pequenos empregadores alcançavam perto de R\$1.000,00.

Distribuição Regional

Em termos regionais, verificou-se que quase metade das empresas situavam-se na Região Sudeste (46%), e 26% na Região Nordeste. A avaliação da receita média auferida nestes pequenos empreendimentos mostrou que a Região Sul apresentou a média mais alta (R\$1.724,00) e a Nordeste a mais baixa (R\$849,00). Em termos do lucro médio, observou-se que o Nordeste mostrou o nível mais baixo (R\$326,00), enquanto o Sudeste obteve o mais alto (R\$782,00).

Do total das empresas que fizeram investimentos e/ou aquisições no ano anterior a pesquisa, a Região Sul teve em média o gasto mais elevado (R\$5.807,00) e a Nordeste o menor (R\$2.079,00).

Nas Regiões Norte e Nordeste as vendas eram feitas principalmente à vista em praticamente todas as atividades, ao contrário das demais regiões onde predominaram as vendas à vista e a prazo.

As principais fontes de recursos para obtenção de créditos e financiamentos, segundo informação das empresas que os utilizaram nos três meses anteriores à pesquisa foram, primeiramente, os bancos público ou privado, e em segundo lugar o recurso a amigos ou parentes. Somente no Norte e Nordeste identificou-se como a origem principal dos recursos os empréstimos de amigos ou parentes.

A distribuição das pessoas ocupadas segundo a posição na ocupação apresentou diferenças significativas entre as regiões. O único ponto em comum é a presença majoritária de trabalhadores por conta própria. A Região Sudeste apresentou a seguinte distribuição em termos das pessoas ocupadas: 66% são trabalhadores por conta própria,

13% empregadores, 10% empregados sem carteira assinada, 8% com carteira assinada e 3% não-remunerados. Na Região Sul, por outro lado, a participação de empregados com carteira foi maior do que a dos sem carteira, enquanto no Norte a proporção de não-remunerados foi maior do que a de empregados sem carteira, e no Nordeste foi maior do que a de empregados com carteira de trabalho assinada.

O rendimento do trabalho das pessoas ocupadas nas empresas do setor informal, excluindo os proprietários, apresentou a média mais alta na Região Sul (R\$295,00) e a mais baixa no Nordeste (R\$163,00). Quanto aos proprietários, a região com rendimento médio mais elevado foi a Sudeste (R\$699,00) e a Nordeste apresentou o nível mais baixo (R\$322,00).